

## **031ª SESSÃO ORDINÁRIA – 18ABR2012**

**(Texto com revisão final.)**

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** Estão abertos os trabalhos da presente Sessão.

**A SRA. MARIA CELESTE (Requerimento):** Sr. Presidente, nós estamos recebendo no nosso plenário, hoje, o Sindisaúde e todos os enfermeiros e alguns agentes comunitários dos nossos PSFs. Gostaria que fossem recebidos por V. Exa. assim como pelo Presidente da Comissão de Saúde, Ver. Beto Moesch, para que pudéssemos avançar em todas aquelas questões que, na quinta-feira passada, o Sr. Gilmar, Presidente do Sindisaúde, aportou e colocou para esta Câmara das suas dificuldades frente ao que está acontecendo junto ao concurso para os agentes comunitários, enfermeiros e médicos da nossa Cidade. Então, gostaria, se possível, que pudessem recebê-los. Também os técnicos de enfermagem que estão aqui conosco, do Sindisaúde, mas que lutam por toda a qualidade de trabalho dos PSFs da nossa Cidade.

Portanto, se V. Exa. puder recebê-los, junto com o Presidente da Comissão de Saúde, nós agradecemos no decorrer desta Sessão. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** Pergunto também se o Presidente da Comissão de Saúde pode estar junto e eu solicito que mais algum Vereador da Mesa possa colaborar e também recebê-los no Salão. O fato é que este Presidente está, neste momento, aqui, iniciando a Sessão; tão logo eu possa, irei lá, com o maior prazer, escutá-los para que possamos fazer os encaminhamentos necessários.

O Ver. Carlos Todeschini está representando a Mesa Diretora.

O Ver. Paulinho Rubem Berta está com a palavra em Comunicação de Líder.

**O SR. PAULINHO RUBEM BERTA:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, todos que nos assistem, quero saudar, aqui, os técnicos em enfermagem e os profissionais da área da Saúde, trazendo o reconhecimento deste Vereador e líder comunitário pelo trabalho desempenhado, principalmente, na periferia de Porto Alegre, trabalho esse muito importante pelo reforço e pela saúde que levam para lá.

E, justamente, hoje, talvez, vocês possam até entender o que eu vou colocar aqui, todos aqueles que leram o Diário Gaúcho e os que estão em casa podem entender a preocupação que trago à cidade de Porto Alegre e a esta Câmara de Vereadores de Porto Alegre.

Eu não costumo ler jornal aqui, é a primeira vez, mas não tenho como não fazer isso hoje. O título do Diário Gaúcho diz: “É como carregar pedra morro acima”. (Mostra o jornal.)

A realidade é assim, há pouco tempo, dias, semanas, meses, cada vez que chove na cidade de Porto Alegre, as ruas e avenidas ficam alagadas, principalmente a nossa periferia fica com a rede de esgoto totalmente saturada. E isso, também, diz respeito à Saúde, porque vai estourar lá no posto de saúde com a superlotação. Muitas vezes, a Unidade não comporta o número de usuários que lá têm. E o que acontece? Passa por um atendimento ruim, o que não é verdade! É que, simplesmente, a Unidade não comporta fisicamente o número de usuários.

E isso vem acontecendo no Conjunto Residencial Rubem Berta, embora eu saiba da competência dos profissionais que lá estão.

Por isso, a minha luta com as demais lideranças daquela região.

Logo, se Deus quiser, estaremos inaugurando o Posto Domênico Feoli, com três equipes de PSFs, que serão as três primeiras equipes daquele conjunto habitacional. Essa foi uma luta de muitos, mas, graças a Deus, o Posto está pronto, e a espera é somente para a contratação dos funcionários.

Mas na Bom Jesus, (Mostra o jornal.) num arroio ou num valão, como queiram chamar, foram retiradas 60 toneladas de lixo, há 30 dias.

E quem diz isso não é este Vereador; quem diz isso é um jornal conceituado da cidade de Porto Alegre. É a imprensa de Porto Alegre.

Não existe maneira humana de termos os nossos esgotos desentupidos, por alguns que não tenham a educação de colocar o lixo para ser levado pelos garis, não têm, infelizmente, não têm. Eu deixo bem claro aqui, apesar de o todo esforço que faz o DMLU, os Vereadores aqui, a Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, nós também temos que trilhar o caminho para fazer com que o nosso povo, aqueles que não entendem que a sacola de lixo que eles largam hoje no córrego, na estrada, fora do horário normal para ser carregada vai rebentar dentro da sua casa. Além das ratazanas, das baratas, de todos os insetos que se criam ali e das doenças que proporcionam para a população, esse lixo, mal armazenado, jogado, vai parar no esgoto, nos arroios e, infelizmente, grande parte vem parar no nosso rio Guaíba, e aí nós começamos a ter problema. Porque essa água, embora tratada, com todo esforço, com toda vontade é conduzida para nossa casa e, muitas vezes, se ela não chegar pura, vai trazer doenças. Então, o nosso trabalho tem que ser sempre cobrar do DMAE, que faz esse trabalho, e aqui vai o nosso reconhecimento pelo tratamento da água, fazendo de tudo para que chegue a nossa casa uma água limpa e potável. Mas uma parte da população não tem essa educação, tem que ser reeducada, e aí eu apelo: que sejam feitas campanhas de esclarecimento à população, vinculadas à Saúde, com os profissionais da Saúde, com profissionais da Educação, todos os profissionais desta Cidade têm que nos procurar e ajudar para que nós possamos criar esta cultura de não jogar o lixo de qualquer jeito. Eu tenho visto, infelizmente - e peço desculpas aqui aos moradores que fazem a coisa correta -, moradores de vários bairros, indo na lixeira virar a sacolinha e levar a sacola para armazenar mais lixo. Vamos cuidar, esse é um cuidado que nós devemos ter. É economia dentro da nossa casa, para não gastarmos com remédio.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, quero, falando no tempo de oposição, abrir o

debate, porque acho que nós precisamos valorizar - para além do que a Ver.<sup>a</sup> Maria Celeste encaminhou neste momento para receber uma comissão – a presença e a angústia dos colegas trabalhadores do PSF da Prefeitura de Porto Alegre. Eu vinha lembrando, desde que entrei aqui, o que foi a trajetória de luta, de resistência, de insegurança, muitas vezes de assédio moral por que passou o conjunto dos trabalhadores nessa trajetória de instalação do PSF na cidade de Porto Alegre. A primeira experiência é uma experiência ainda de uma insegurança jurídica importante, que foi o contrato via FAURGS. Eu não sei quantos ainda são, eram da FAURGS, muito de vocês...

(Manifestações nas galerias.)

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** É até bom que o pessoal veja, porque isso significa 20 anos, acredito que 20 anos. FAURGS, um contrato que tinha uma estabilidade muito importante, uma satisfação. E eu lembro bem, claro, não uma satisfação pelo tipo de vínculo, porque ele era ainda uma experiência inicial, mas tinha uma estabilidade, uma segurança e um vínculo empregatício, claro. Mas na sequência entra o Governo Fogaça e cria a grande crise que gerou o convênio Sollus, o contrato Sollus, o desastroso Sollus, que até hoje o recurso desviado não foi recuperado. Colocou os trabalhadores em uma insegurança tal, num desmando de gestão, num desvio de recursos públicos seriíssimo que fez com que parte dos funcionários tivesse que ser contratada de forma precária, que foram os agentes comunitários de saúde, que retrocederam de carteira assinada para condição de estagiário, para contrato temporário. E, às pressas, foi preciso contratar o Cardiolgia, e hoje todos estão vinculados a ele. E, no meio disso, ou na sequência disso, a grande crise e luta pela constituição do IMESF. Esta Casa recebeu, lotada de pessoal, várias audiências públicas para o debate do IMESF, um debate contra a vontade da maioria das categorias e dos sindicatos representativos da saúde. A Prefeitura aprovou o Instituto que tem vínculo e não é exatamente o vínculo público integral. Mas eu quis recuperar isso para valorizar o tamanho da resistência, da luta, da insegurança à beira de assédio moral que muitas vezes os nossos colegas, e eu chamo de colegas porque somos municipais,

viveram nesse período todo. Será que essa história toda não convence a Prefeitura de que, num momento de mudança para um programa permanente, um vínculo permanente, pois creio que vai ser através do IMESF, tem que valorizar essa experiência, essa construção da política do programa e da Estratégia Saúde da Família? Na verdade, nós temos aqui colegas que construíram essa estratégia, a forma dela se inserir na comunidade, de trabalhar a saúde, de antecipar, de fazer diagnósticos. Essa é uma experiência única, que precisa ser mais bem valorizada no concurso público.

Nós queremos insistir, e o Ver. Dr. Thiago, quando da vinda do Sindicato, disse que estava contemplado. Está contemplado pouco, muito pouco ainda diante dessa história. A nossa fala é no sentido de um apelo ao conjunto dos Vereadores – acho que a reunião que vai acontecer agora deve encaminhar –, um apelo ao Governo Municipal para que faça novo aditamento ao concurso, uma vez que a categoria já conquistou, e acho que é uma conquista a ser valorizada, mais um ano de contrato. O Prefeito Fortunati assinou, nós recebemos o documento, mas esse um ano tem limite, e acho que a valorização é justiça, não é trenzinho da alegria, é fazer justiça com uma linda história de implantação do PSF, que se deveu mais à dedicação dos profissionais do que aos acertos de gestão, vamos assumir, enquanto instituição pública. Então, apelo a esta Casa... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** O Ver. Luiz Braz está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. LUIZ BRAZ:** Vereador-Presidente Carlos Todeschini, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores; a Ver.<sup>a</sup> Sofia veio aqui e fez uma fala que não condiz com a realidade, Ver. João Dib. O contrato com a FAURGS foi rompido porque se pagava antes, Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, uma taxa de administração que foi considerada inconstitucional, não se podia pagar essa taxa. Não se podia pagar taxa de administração! Por isso o contrato com a FAURGS foi rompido, só por isso, só por isso! E V. Exa. ...

(Vaias.)

**O SR. LUIZ BRAZ:** Sr. Presidente, as pessoas que vêm até aqui têm que respeitar os Vereadores, senão não há razão para existir esta Casa.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** Há um Vereador na tribuna. Nós recebemos todos os visitantes muito bem, então, pedimos que ouçam as manifestações e, no fim, se manifestem. Mas não interrompam a manifestação do Vereador, por favor! Obrigado.

**O SR. LUIZ BRAZ:** Obrigado, Sr. Presidente. Eu não quero aqui falar contra os trabalhadores, porque tudo aquilo que pudermos fazer para que os trabalhadores possam ser beneficiados, sim. Agora, acontece o seguinte: em primeiro lugar está o conjunto da sociedade. Não posso e jamais vou fazer aqui qualquer pronunciamento que diga respeito apenas a uma parcela de pessoas que, com justiça, é claro, querem ter o seu lugar junto ao Município de Porto Alegre. Em primeiro lugar está aquilo que temos que fazer por toda a sociedade, essa é a nossa missão; somos eleitos, na verdade, para fazer somente isso. O que estou falando aqui a respeito da taxa ilegal que era paga antes é absolutamente correto, está comprovado, e o contrato com a FAURGS não pôde persistir exatamente por causa dessa ilegalidade. Não podia, não podia prosseguir! É claro que os problemas com o Sollus foram muitos, têm que ser investigados, estão sendo investigados, está lá a Polícia Federal, está lá o Ministério Público. E as investigações têm que ser as mais profundas possíveis para que as pessoas que devem ao Município paguem para ele. Eu quero estar entre os Vereadores desta Casa que possam somar forças no sentido de resolver problemas; eu não quero criar problemas. Só que eu estou informado – e é uma informação que me chega agora, antes de eu vir à tribuna – de que o problema da greve estava solucionado. Realmente não sei, mas a informação que eu recebi é de que o Sindisaúde, a Prefeitura Municipal, o Prefeito Fortunati entraram em acordo, e que a greve estaria terminada com as negociações que foram feitas. Acredito que essas negociações contemplaram

aquilo que os senhores estão reivindicando aqui, através dos Vereadores da Câmara Municipal. Mas, se ainda não atenderam, eu acredito que as Lideranças da Casa devam entrar em contato com a Prefeitura Municipal e ver as possibilidades de isso ser atendido. Não devemos criar aqui um clima de confronto, como se estabeleceu no início. Nós não estamos aqui para confrontos, mas também não estamos aqui para mentiras, porque, afinal de contas, temos obrigação de defender o conjunto da sociedade, e é isso que nós vamos continuar fazendo, independente da pressão. Todas as pressões são absolutamente legítimas, só que as pressões também têm que ser respeitadas porque, senão, vai existir uma impossibilidade de estabelecermos um diálogo capaz de nos levar a qualquer tipo de solução saudável. Obrigado. (Não revisado pelo orador.).

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, hoje é dia de conversarmos um pouco sobre concurso público, uma tarefa da qual andei muito próximo, por quase 30 anos fui professor de cursos preparatórios para concursos públicos. E nós temos duas questões. A primeira é o concurso público para fiscais de tributos municipais que foi anulado. Acredito – e levo aqui uma mensagem ao Prefeito – que é preciso rever, meu caro Ver. Dib, além do que aconteceu, a apresentação do conteúdo. Nas provas de estatística e informática – e vale para vocês também, senhoras e senhores aqui presentes –, professores graduados em estatísticas e informática não souberam responder às questões. A prova é para fiscal de tributos municipais, e eu sou fiscal de tributos estaduais e fui federal. Quando se faz um concurso, meu caro Presidente, para eleger os melhores, nós temos que fazer uma prova mais difícil na área específica, na área daquilo que eu vou atuar, na área que vocês têm experiência. Não é possível fazer uma prova para fiscal de tributos, apresentar uma... Não estou criticando o Prefeito, a questão é de quem elaborou o concurso, a empresa. Na área de fiscalização, questões simplórias e, na área de estatística, aprofundar; nós não estamos lá elegendo

estatísticos. A mesma coisa para a Saúde. É preciso dar a atenção especial e a profundidade necessária às provas específicas da área, aí, sim, se valorizam aqueles experimentados e competentes naquela área. Porque, se vão pedir para vocês uma prova altamente aprofundada de estatística, não vão reconhecer a experiência, o tempo de serviço de vocês lá nos PSFs. Portanto, esta é uma tarefa que precisa ser analisada com carinho, porque concurso público... Eu sou professor há muito tempo e sem modéstia! Primeira questão.

Em segundo lugar, a questão mais próxima do PSF, pela qual os senhores e as senhoras estão aqui. Não posso compreender que, num país das características do Brasil, nós tenhamos pessoas que trabalham 20, 25, 10, 15, 18 ou 30 anos numa área e, de repente, feito laranja de amostra, se joguem fora e se busquem outras. (Palmas.) Eu já falei isso na semana passada, e não tinha nenhum dos senhores aqui. Repito agora: não dá para colocar no escanteio aquelas pessoas que trabalharam uma vida inteira numa área "x". Não há concurso público ou lei no País que seja superior à dignidade humana. Não há! Não me venha o Ministério Público, a Justiça dizer, porque está escrito num papelzinho, que nós vamos ficar quietos, o povo de escanteio, tipo banana em cacho, porque tem que olhar uma leizinha. A lei se ajusta à realidade social! (Palmas.)

Não é possível que um Parlamentar tenha a coragem de vir aqui fazer uma lei para desajustar...(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

(O Sr. Carlos Todeschini assume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Sr. Presidente, Ver. Carlos Todeschini; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu estava escutando atentamente a Ver.<sup>a</sup> Sofia. Eu respeito todos os Vereadores aqui, desde que sejam coerentes - tenham pelo menos um pouco de coerência - e que falem a verdade. A Ver.<sup>a</sup> Sofia é

incoerente. Quando ela era Presidente desta Casa, ela queria tirar fora o emprego de todo o mundo que está aí, porque “é errado, tem que fazer concurso público, o IMESF não vai dar...”. Agora, ela quer que todo mundo fique no IMESF sem fazer nada.

Eu acredito em vocês. Entre acreditar na Ver.<sup>a</sup> Sofia e em vocês, eu acredito em vocês, que trabalham. Ela muda; conforme o vento, ela muda de lado. Ela muda, é uma biruta, fica aqui, fica ali.

Primeiro de tudo, eu acredito que todos vocês vão passar no concurso, porque são pessoas inteligentes. São pessoas inteligentes, eu acredito em vocês - inteligentes e trabalhadores. Vocês trabalham na ponta, mesmo; eu sei que trabalham, todos vocês.

Agora, eu também escutei o líder do Sindicato, hoje de manhã, dizer que foi um bom acordo com o Prefeito, que aqueles que porventura não passarem no concurso - e vocês todos vão passar, se Deus quiser - vão ter mais um ano. E, aí, eu digo: mais outra incoerência da Ver.<sup>a</sup> Sofia, do Partido da Ver.<sup>a</sup> Sofia e do Governo da Ver.<sup>a</sup> Sofia. Vocês sabem o que eles fizeram com os trabalhadores da Fugast, Ver. Ferronato? V. Exa. acabou de dizer aqui: o Vice-Governador, que é do seu Partido, e o Governador, que é do Partido da Ver.<sup>a</sup> Sofia, os mandaram para o olho da rua! Não pagaram nada para os caras da Fugast até dois meses atrás! Ficaram esperando. E é isso que eles fazem: discurso aqui, e, na hora, esquecem. É essa prática que nós não podemos admitir. Isso não dá para admitir! Como é que vão vir aqui fazer um discurso fácil para ganhar aplausos? O Vice-Governador, que é do Partido do Ver. Aírto Ferronato, e o Governador Tarso fizeram exatamente o contrário. Não só deixaram que demitissem todos os caras da Fugast - muitos trabalhavam na Saúde, também; eu lembro do Hospital Getúlio Vargas, 20 anos trabalhando lá. Vinte anos! Como vocês estão há seis, oito, dez ou doze anos, pela FAURGS. Sabem por que a Ver.<sup>a</sup> Sofia ficou brava porque tiraram da FAURGS? Porque aqueles 10% que poderiam pagar um pouquinho mais, quem trabalhava na Saúde, provavelmente eles davam uma ajudazinha para alguém do PT, porque a FAURGS foi isso; ela exigiu uma taxa muito alta para a FAURGS, não foi para vocês. Não foi para quem trabalhava. Por isso é que a Ver.<sup>a</sup> Sofia faz esse discurso fácil. E hoje de manhã ela teve que se justificar, porque tinha

dois caminhões de som: um na frente da Prefeitura e outro na frente do Piratini, querendo o piso dos professores. Onde estava a Ver.<sup>a</sup> Sofia? Provavelmente não estava nem na Prefeitura, para não se desdizer no outro caminhão do Piratini.

Então, esse discurso fácil não dá mais! Tem que ter coerência! Tem que ter coerência na Prefeitura, no Estado, em todos os lugares. Trabalhar, vocês trabalham; são inteligentes. Têm direito? Têm direito. Agora, o maior direito que vocês têm é de não serem enganados por ninguém. Muito obrigado. (Palmas.)  
(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Sr. Presidente, Ver. Carlos Todeschini; Vereadores e Vereadoras; eu queria me dirigir aos colegas trabalhadores do Programa de Saúde da Família, que constroem a Saúde do Município e que já passaram, Ver. João Antonio Dib, por situações muito complicadas, tanto em relação à FAURGS quanto à Sollus, e, agora, com essa questão do IMESF.

Mas antes quero fazer uma consideração que me parece importante, Ver. Cecchim: eu não consigo acreditar que quem trabalha há 20 anos no Saúde da Família e esteja reivindicando o seu direito ao trabalho e, ao mesmo tempo, a continuidade de um trabalho - porque todos sabem que na Estratégia de Saúde da Família é necessário a vinculação com as comunidades, o conhecimento das famílias, dos bairros, das pessoas, das vidas e das trajetórias -, que quem luta por esse direito queira entrar pela porta dos fundos. Digo isso a vocês porque eu não aceito esse discurso que, infelizmente, eu ouvi de alguns Vereadores desta Câmara.

Os trabalhadores que estão há 20 anos no Programa de Saúde da Família, enfim, passaram por todas essas instituições, alguns por dez, alguns por oito anos, querem, sim, na minha opinião, três temas que são fundamentais. Primeiro, o direito ao trabalho - e todos os trabalhadores e as trabalhadoras têm que ter o direito ao trabalho. Segundo, valorização e reconhecimento por esses anos dedicados, inclusive com trabalho muito precário em alguns casos,

porque me lembro dos trabalhadores demitidos por perseguição política da Sollus; (Palmas.) porque me lembro dos ataques que sofriam de gerências absolutamente incompetentes - e diria mais, algumas corruptas, porque a Sollus onerou em R\$ 9 milhões os cofres da Saúde Pública Municipal, que ainda não foram investigados, e os trabalhadores estavam lá. Terceiro, a única coisa importante dessa questão do concurso, que nós discutimos dezenas de vezes nesta Casa, era a valorização do tempo de experiência. Não é justo que tenha o mesmo peso de quem está, há dez anos, na ponta - com muito respeito a quem estuda; eu respeito muito os doutores, os mestres, acho que é ótimo de ter a oportunidade de estudar e desenvolver a ciência, mas não pode ter o mesmo peso de quem dedicou uma vida ao trabalho e às equipes de Saúde da Família. Não pode um concurso não valorizar e não reconhecer essa vida dedicada, com esses fatores complicadíssimos por que passaram.

Sei do acordo feito hoje de manhã. Eu tinha uma reunião com a SEDA sobre a questão dos animais lá do Vale, e passei por um grupo de trabalhadores que estava lá fazendo o que é muito importante nesse caso: mobilização, pressão, acompanhando a reunião com o Prefeito. Eu sei do encaminhamento, de um ano de acordo, que foi feito a partir de setembro até setembro do ano que vem. Eu acho que é parte, é fruto da luta, é uma conquista da mobilização, mas tem que avançar na questão da retificação com relação à valorização do tempo de serviço, de experiência profissional.

A Secretaria Municipal da Saúde se comprometeu, naquele momento, conosco, quando nós discutíamos - e nós fomos contra o IMESF por um problema de não acreditar na privatização do serviço da Saúde. Nós acreditamos no serviço público, no SUS, no trabalho exercido, financiado e fiscalizado pelo Poder Público. Agora, nesse processo de discussão do IMESF, uma das negociações era em relação aos trabalhadores da Estratégia do Programa de Saúde da Família, e sequer isso tem sido cumprido.

Quero concluir dizendo, com muita tranquilidade, também ao Ver. Cecchim, que nós, do PSOL, estivemos juntos na luta da Fugast. Eu, pessoalmente, estive muitas vezes com os 500 trabalhadores que foram demitidos, é verdade, unilateralmente, pelo Governo Tarso, que não aprovou o Projeto que transformava os cargos da Fugast em cargos em extinção. E é um desrespeito

com quem trabalhou durante 20 anos no Estado. E se alguém foi responsável, esse alguém foram os Governos - não os trabalhadores, que trabalham, que respondem pelas demandas de saúde da população e que, lamentavelmente, não têm sequer o seu direito reconhecido pelos Governos, via de regra. Parabéns a vocês! (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** O Ver. Dr. Thiago Duarte está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. DR. THIAGO DUARTE:** Ver. Todeschini, caros colegas Vereadores, colegas da Saúde presentes aqui, Agentes Comunitários, Técnicos de Enfermagem, Enfermeiras e... (Manifestações nas galerias.) Só Técnicos? (Pausa.) Então, está bem! Técnicos de Enfermagem presentes aqui, eu quero, efetivamente, saudar o consenso que se teve hoje, na medida em que se construiu coletivamente - Prefeitura, Sindicato, Secretaria da Saúde - esse amplo acordo, o qual eu passo a ler o Ofício nº 604/12 (Lê.): “1) A Prefeitura Municipal de Porto Alegre providenciará a renovação do Convênio com o Instituto de Cardiologia, que tem por objeto a contratação de profissionais para as Equipes de Saúde da Família pelo período de 12 meses, a contar de 02/09/2012; 2) A partir da homologação dos empregos públicos oriundos dos concursos públicos para nomeação dos profissionais para as Equipes de Saúde da Família, através do IMESF, haverá redução gradual do convênio mencionado, visando à substituição dos profissionais que compõem as Equipes, de forma gradual, pela Fundação de Estratégia de Saúde da Família; 3) A prioridade do Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família será a formação de novas equipes e a reposição das Equipes do Instituto de Cardiologia, naquelas que não possuem quadro de pessoal completo; 4) A composição salarial dos empregados do IMESF e do Instituto de Cardiologia será mantida nos mesmos patamares, conforme reivindicação dessa categoria”.

Então quero saudar este acordo assinado pelo Prefeito, pelo Secretário Marcelo Bósio, e construído por vocês junto com o Sindicato.

Eu tenho uma preocupação muito séria. Tentamos aqui, Ver. Toni Proença, construir, lá atrás, a permanência desses servidores no convênio que já existia; fomos vencidos por uma ADIn naquele momento. Depois, junto à criação do Instituto de Medicina de Estratégia de Saúde da Família - e foi uma Emenda construída junto com o Ver. Oliboni, hoje Deputado -, tentamos construir uma alternativa para que pudesse, de forma diferenciada, caracterizar o trabalho desses servidores que já labutavam, muitos deles, há mais de 20 anos no PSF, em Porto Alegre. Foram construídas duas formas de avaliação: uma prova objetiva, eliminatória; e, numa segunda etapa do primeiro concurso público, a prova de títulos – isto foi construído por este Plenário a partir do oferecimento dessa Emenda. E conseguimos. Então, a prova de títulos caracteriza, de forma diferente, àqueles colegas que já labutam no PSF, o que não é, de forma alguma, inconstitucional. Claro que isso não é uma garantia, mas é um primeiro passo e, sem dúvida, o que foi possível.

O que acabamos de encaminhar? Nós temos, nesta Casa, dentro da Comissão de Saúde e Meio Ambiente - presidida por nós no ano passado, e hoje, pelo Ver. Beto Moesch -, encaminhamos uma reunião ampla, em que deve ter a presença de todos os Vereadores, no sentido de esclarecermos por completo o edital do concurso do IMESF, e fazermos algum reparo, principalmente - não no edital -, mas na valoração desses conceitos todos. Essa reunião deve ocorrer na semana que vem, mais tardar na outra semana, antes do concurso. Então, quero, desde já, convidar todos para que fiquem atentos e venham participar dessa reunião, que julgo muito importante. Vereadora Fernanda, tenho um grande receio quanto à questão da Fugast, que não foi devidamente tratada, e que depois acabou acarretando sérios problemas no atendimento à saúde em Porto Alegre, que quase fecharam o Hospital Presidente Vargas - poderia ter sido resolvida e não foi. Se a Emenda à Constituição Estadual, a proposta de Emenda do Dep. Sossella, tivesse sido levada a cabo, certamente poderíamos ter, hoje, uma condição bem melhor no atendimento e não teríamos andado dez passos... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; senhoras e senhores que nos ouvem; prezados visitantes trabalhadores da Saúde no Município de Porto Alegre; nesses momentos é simples vir a esta tribuna fazer discurso fácil. Falo aqui em nome da minha Bancada, do Partido dos Trabalhadores, para dizer que esse debate, que essa angústia que os senhores e as senhoras trazem a esta Casa não é um problema deste momento. Isso é resultado de um processo, do qual vou recapitular alguns pontos, principalmente para os meus colegas, Ver. Dr. Thiago, Ver. Cecchim e Ver. Luiz Braz: lá em 2006, 2007, a gestão Fogaça resolveu romper o contrato com a FAURGS dizendo que havia alguns problemas administrativos. Problemas administrativos a gente corrige; problemas administrativos - está aqui a Procuradoria, com todos os seus procuradores que têm vindo aqui durante um mês - se analisam e se corrigem. Agora, nós temos que analisar a sequência: romperam o contrato com a FAURGS. Quem, então, foi contratado? O Instituto Sollus, em nome de melhorar o serviço de Saúde.

O serviço de Saúde em Porto Alegre melhorou ou piorou com o contrato do Instituto Sollus? (Manifestação nas galerias.) A unanimidade dos trabalhadores da Saúde diz que piorou. E, pior que isso, não só piorou como continua numa situação ainda de indefinição. E qualquer pesquisa feita por qualquer órgão, inclusive de imprensa, aponta como primeiro e principal problema de Porto Alegre a Saúde pública municipal. Será que isso é de responsabilidade dos trabalhadores da Saúde? Eu acredito que não. Pode até haver um ou outro caso, em que aquele que não vai trabalhar quer deixar o trabalho nas costas daqueles que vão, Dr. Thiago. Pode até ser isso. Mas o problema da Saúde pública de Porto Alegre é a falta de gestão. É este o debate que nós temos que fazer aqui, e é este o debate que ocasiona a angústia dos senhores e das senhoras.

Talvez, prezado Dib, o senhor ajude a instalar a Comissão Parlamentar de Inquérito, que irá analisar o desvio dos R\$ 10 milhões que o Instituto Sollus

provocou em Porto Alegre - que o senhor diz que não são 10, mas R\$ 5,6 milhões. Portanto, se o senhor assume que são R\$ 5,6 milhões é porque existiu. Na época, a prezada Cláudia de Brito, que era assessora jurídica da Secretaria de Saúde, foi quem fez o contrato com o Instituto Sollus e que, depois, por um acaso do destino, acabou casando-se com o dono do Instituto Sollus.

Portanto, prezado Cecchim, vim aqui dizer que ou um membro do meu Partido, Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, está mentindo, ou é muita falta de imaginação ou de postura política, porque nós temos posturas claras, muito claras. Nós votamos aqui, inclusive, contrários à instituição do Instituto, porque entendemos, e entendíamos, que o Instituto tinha que ser de caráter público e não de caráter privado. Então, imaginem a angústia desses funcionários - são entre 280 a 300 - que estão na iminência de ficar sem as suas atividades. Será que foi constituído um diálogo para encontrar a solução? Não foi uma solução fácil, mas o problema desta gestão é a falta de diálogo, a falta de proposta, a falta de elaboração, e é isso que nós estamos aqui sempre defendendo. Se não houver um plano de carreira que contemple a totalidade dos funcionários, no caso da Saúde, não vai haver solução.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. JOÃO ANTONIO DIB:** Sr. Presidente, Ver. Carlos Todeschini; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, meus senhores e minhas senhoras, há 41 anos eu cheguei na Casa do Povo de Porto Alegre e disse que chegava para servir. Para que eu possa servir, eu preciso conhecer; se eu não conheço, eu não posso servir. E uma das coisas de servir é não enganar ninguém, é não iludir as pessoas, dizendo que se pode fazer passes de mágica, como acontece com a Procuradoria do Município, por exemplo - isso não pode ser feito! É por isso que sou um servidor público municipal que não engana ninguém e que procura ler, procura se informar, e procura saber. Foi dito ali que o problema da Saúde, em Porto Alegre, é culpa da má gestão do Município. Não, isso não é verdade!

E até nos 16 anos do PT, apesar de eles terem manobrado para tirar as autarquias do Orçamento, naquele tempo era 13% do total do Orçamento Municipal. Eles manobraram, mas mesmo assim sempre usaram acima do limite orgânico. Agora, no nosso caso, é de 15%, e o Município gastou 22%.

Onde está a safadeza toda? Na Câmara Federal, comandada pelo Presidente Lula. E o Ver. Henrique Fontana, depois Deputado, Líder do Governo, quando tinha que dar 10% da Receita Líquida da União para a Saúde, quando ia ser votada a regulamentação da Emenda Constitucional, ele disse que o Dr. Lula não queria que se votasse isso. E eles não votaram! Ele não queria que votassem porque naquele ano tinha eleição. Dois anos depois, os 10% da Receita Líquida da União para a Saúde novamente vai à votação. O Dr. Vaccarezza, com muita ligeireza, disse que o Dr. Lula não queria que votassem. E eles não votaram. Aí, assume um tal de Marco Maia, Presidente da Câmara, que decidiu votar. Colocou em votação os 10%, mas isso foi para o Seu José Sarney. Lá, mais uma vez, o povo brasileiro foi enganado. E aí eu defendo o Estado, porque o Município não precisa ser defendido, pois gasta mais do que a Lei determina. Defendo o Estado que não tem o que fazer para pagar os 12% para a Saúde.

Lá, a Dona Dilma sabe muito bem das dificuldades da saúde do povo brasileiro, que vive na miséria. Eles enganam todos com o Bolsa Família. Lá, a Dra. Dilma acertou que seria o mesmo valor do ano anterior, acrescido do aumento do PIB, e não mais os 10%. Olha, no ano de 2010, o PIB foi negativo. Claro que eles não diminuíram o valor, mas ele não cresce mais do que 1%, 2% em relação ao ano anterior, e não é 10% do dinheiro da Saúde. Então, eles enganam todos. Agora, ele vem aqui e me fala do Instituto Sollus. Eu acho que isso é falta de seriedade ou eu não sei ler, ou não sei escrever, ou não sei falar. Já disse, redisse e mostrei: são R\$ 5.826.000,00 cobrados na Justiça em São Paulo, com penhora dos bens dos Diretores do Instituto Sollus. Então, tem que ter seriedade; não é ir ali na tribuna apenas perguntar: “Onde está o dinheiro?” A Procuradoria, neste caso, agiu bem e leva meus cumprimentos; nem sempre leva meus cumprimentos, até porque há um Projeto aqui que eu acho uma barbaridade. Mas, de qualquer forma, a Procuradoria agiu bem, vão cobrar na Justiça, assim como a do Ronaldinho: R\$ 800 mil; R\$ 500 mil são de

programas da União, do Ministério da Justiça, e R\$ 300 mil da Prefeitura – a Procuradoria vai cobrar os R\$ 800 mil. Então, respeito com aqueles que procuram solução, a verdade acima de tudo. Saúde e PAZ!

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** (15h14min) Havendo quórum, passamos à

### **ORDEM DO DIA**

O Ver. Beto Moesch nos traz o anúncio, para a nossa lembrança, de que amanhã, nós teremos o início do Seminário de Gestão Sustentável de Resíduos. O evento debaterá novas regras para a gestão de resíduos. Então, está toda a Câmara convidada, conforme programação já enviada e distribuída por *e-mail* a todos os gabinetes.

Eu passo a presidência dos trabalhos ao Ver. Mauro Zacher.

(O Ver. Mauro Zacher reassume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** Antes de iniciarmos o período de discussão dos Projetos, apregoo representação do Ver. Beto Moesch para o encontro Cidade Bem Tratada - Seminário de Gestão Sustentável em Resíduos, a ocorrer das 9h às 18h, no Auditório do GBOEX.

Apregoo representação do Ver. Carlos Todeschini no evento 1º Fórum de Segurança em Serviços 2012, que ocorrerá no auditório do Instituto de Educação São Francisco, no dia 19 de abril de 2012, com início previsto para as 10h.

Apregoo representação do Ver. Engenheiro Comassetto no I Diálogo Federativo Rumo à Rio+20. O evento ocorrerá no auditório do Anexo I do Palácio do Planalto - Praça dos Três Poderes, Brasília, DF, no período de 18/4/12 à 19/4/12, sem ônus para esta Casa Legislativa.

Em votação o PLL n.º 135/10, com Veto Parcial. (Pausa.)

O Ver. Carlos Todeschini está com a palavra para encaminhar a votação do PLL n.º 135/10, com Veto Parcial, como autor.

**O SR. CARLOS TODESCHINI:** Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras e todos aqueles que nos assistem, vou ser breve, não vou usar todo o tempo, para destacar muito este Projeto.

Os artigos vetados dispõem sobre a matéria; eles não obrigam, eles não pressionam, não constroem e não penalizam as autoridades. Agora, é uma sistematização da matéria que lembra e que articula elementos importantes para patrocinar o apoio às famílias que querem realizar a adoção, bem como facilitar o encurtamento de tempo para as crianças que estão abrigadas à espera da adoção. Portanto, senhoras e senhores, este Projeto não é meu, não é de cada um ou de cada uma daqui, mas é das crianças e é da cidade de Porto Alegre.

Por isso eu peço, neste minuto, o apoio de todos não pela rejeição do Veto, mas pela manutenção do Projeto original, porque ele vai ao encontro de encurtar as distâncias, de fortalecer as famílias que esperam pela adoção e de encurtar os tempos de espera daqueles que precisam ser adotados.

Obrigado pela atenção de todos e obrigado pelas manifestações que recebi.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PLL n.º 135/10, com Veto Parcial.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras; em primeiro lugar, quero dizer a V. Exas., mas, também, quero falar com o povo de Porto Alegre que, muitas vezes, nós somos agredidos nesta Casa. E eu me senti agredida pelo Ver. Idenir Cecchim, agredida e desrespeitada, porque sou tão Vereadora quanto V. Exa., e V. Exa. me chamar de mentirosa e de biruta, da tribuna, é uma desqualificação da

representação parlamentar que nós exercemos nesta Casa. Eu espero que a população entenda desta maneira. Eu quero, desta maneira, reagir nesta tribuna, porque, lamentavelmente, quem não tem argumento para contrapor o debate, usa de baixo nível e tenta desqualificar o adversário. Eu não vou entrar nesse debate, fazer-me de microfone de aparte; só espero que esta Casa mude o nível do debate das questões tratadas aqui, porque é assustador e é um péssimo exemplo para a democracia. Eu quero fazer este apelo ao conjunto dos Vereadores.

Em segundo lugar, o meu encaminhamento nesta tribuna, neste momento, é sobre o Veto Parcial ao Projeto do Ver. Carlos Todeschini, repisando o tema da arrogância do Executivo, que não aceita, que usa a letra fria da lei ou exacerba na compreensão da lei, para evitar, não acolher as proposições que este Legislativo apoia e vota por unanimidade.

Nós todos aprovamos o Projeto do Ver. Carlos Todeschini, que estimula e compõe, nesta Cidade, um projeto para estímulo à adoção. Nós vimos aqui o vídeo apresentado, vimos a importância de as pessoas serem sensibilizadas para tal. O Veto tirou todo o coração do Projeto; o Veto mantém apenas o art. 1º, apenas a menção, a previsão do Projeto Acolher. Portanto, torna uma legislação, que é completa, bem elaborada, com a contribuição de quem atua na área, num arremedo de lei. Isso, na verdade, é não ser sério com a lei, não ser sério com as nossas indicações, quando se acolhe um Veto que destrói o trabalho de uma Câmara, porque é isso que o Veto do Prefeito fez com o Projeto de Lei do Ver. Todeschini, ele destruiu o projeto de lei. Ele deixa de ser uma lei e passa a ser uma sugestão, uma menção ao um suposto programa de estímulo à adoção. Esta Casa precisa assumir a sua autonomia e a sua independência, como um poder tão importante quanto o Executivo, só que com o perfil Legislativo. Não é pelo fato de o Executivo executar, sancionar ou não, que ele pode ter ingerência, que ele pode determinar e colocar de joelhos uma Câmara de Vereadores, restringir a ação de uma Câmara de Vereadores, porque nós, do Parlamento, somos muito mais representativos da diversidade democrática do que o Executivo. O Executivo foi eleito por maioria, mas é uma maioria que não considera toda a manifestação - situação e oposição. Esta Casa não, ela tem uma pluralidade, tem um acúmulo da diversidade do

pensamento da Cidade. E os Projetos, quando se consubstanciam aqui, traduzem isso. Então nosso Legislativo aceitar um Veto, que tira todo o conteúdo de um Projeto de Lei, que estabelece política de estímulo à adoção na cidade de Porto Alegre. Aceitar esse Veto é se resignar a uma condição subalterna em relação ao Executivo, é abrir mão de um papel que está previsto na Lei Orgânica, um papel de autonomia, independência e que tem que ser propositivo. Portanto o meu encaminhamento é que derrubemos o Veto do Sr. Prefeito e preservemos o Projeto na sua integridade, um Projeto votado pela unanimidade desta Casa.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 135/10, com Veto Parcial, pelo Governo.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores. Ver. Brasinha, o senhor tinha certeza de que eu viria aqui neste microfone falar alguma coisa sobre o que disse a Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, não é? O senhor, Ver. Beto Moesch, também imaginou isso. O Ver. João Bosco Vaz também me disse: vais responder à Sofia? Não, não vou fazer isso. O Projeto do Ver. Todeschini - vejam bem -, reflete o respeito que as pessoas têm que ter umas com as outras, independentemente de Partido. A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon acabou, em dois discursos que ela fez sobre o Projeto do Ver. Todeschini, de perder uns cinco, seis votos aqui. Eu quero dizer que eu mantenho o voto, Ver. Todeschini, eu mantenho o voto no seu Projeto, porque eu o entendo - volto a reafirmar – como um projeto do coração. As pessoas que adotam crianças – são muitas que precisam de adoção -, o fazem sem pensar em política, sem pensar em dinheiro, sem pensar em recompensa; pensam apenas no amor. Então, um Projeto desses, eu sou a favor no início, no meio e no fim. Vou votar junto com o Ver. Carlos Todeschini neste Projeto.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** Em votação nominal o PLL nº 135/10, com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** o Projeto por 22 votos **SIM**; 5 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**. Rejeitado o Veto Parcial.

Em discussão o PLL nº 164/11, com Veto Total. (Pausa.)

O Ver. Luiz Braz está com a palavra para discutir o PLL nº 164/11, com Veto Total.

**O SR. LUIZ BRAZ:** Sr. Presidente; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores, nós votamos aqui as razões do Veto. Nós só votamos o Projeto na primeira vez; na segunda, estamos votando as razões do Veto. Quem escreveu as razões do Veto para o Sr. Prefeito mandar para esta Câmara, acredito, Ver. Tessaro, não estudou a matéria. Ele colocou assim (Lê.): “O PLL nº 164/11 dispõe sobre matéria da competência privativa da União, conforme art. 22, XI, da Constituição Federal”. Ora, se formos ao art. 22, vamos ver, no inciso XI, como uma das competências privativas da União: “XI – trânsito...”. Não estou legislando sobre matéria de trânsito, tanto é que foi uma legislação da Casa, de 1989, que instituiu a Área Azul. Isso foi discutido inclusive pelos tribunais, na época. Eu me lembro que foi reconhecido, sim, que isso não seria matéria de trânsito e que sobre ela poderíamos legislar.

Ver. João Bosco Vaz, este Projeto proíbe - é claro que a critério da Secretaria - estacionamento nas vias de grande fluxo, para evitar que se formem congestionamentos onde não é necessário.

Então, a argumentação utilizada pelos técnicos da Prefeitura está completamente desconforme com a matéria que estamos aqui discutindo. Ela fala mais: que a matéria tem mérito - ora, a matéria tem mérito, conhecido pelo Executivo - e diz que existe essa inconstitucionalidade, que não é nenhuma inconstitucionalidade. Quem me disser que, quando estamos legislando sobre os estacionamentos, eu estou legislando sobre matéria de trânsito, não conhece o que é legislar sobre trânsito. Não posso legislar sobre trânsito, agora, posso legislar sobre estacionamentos, pois foi uma legislação nossa que criou a Área Azul, no ano de 1989.

Então, exatamente, por esses fundamentos...

**O Sr. Valter Nagelstein:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador, só para esclarecimento, o que move V. Exa ao projetar essa vedação para exploração do estacionamento dessas ruas, que eu chamaria de ruas marginais?

**O SR. LUIZ BRAZ:** É para evitar congestionamentos desnecessários. Tanto é que será a Secretaria quem dirá onde é necessário evitarmos os estacionamentos. Não somos nós que estamos citando qual será ou qual não será a rua, estamos deixando a critério da Secretaria, porque isso é mais lógico, para que a Secretaria possa retirar de onde ela acredita que tem que retirar, criando estacionamentos para não prejudicar o comércio em determinadas áreas.

**O Sr. Valter Nagelstein:** Pois é, porque V. Exa. está simplesmente vedando a utilização comercial. Porque, de qualquer forma, a Cidade já é explorada por todos nós, cidadãos; explorada no sentido de que usamos esses estacionamentos no dia a dia.

**O SR. LUIZ BRAZ:** E também a Área Azul.

**O Sr. Valter Nagelstein:** Não, Área Azul é que se cobra. Ou só na Área Azul?

**O SR. LUIZ BRAZ:** Inicialmente, era nossa vontade fazer só na Área Azul, mas, na discussão geral que foi feita, na época da votação do Projeto, ficou estabelecido que seria em todo e qualquer estacionamento. Mas fica a critério da Secretaria. Não somos nós que determinaremos quais as ruas que terão esse tipo de proibição. Essas proibições só serão possíveis exatamente para fazer com que não haja congestionamentos.

**O Sr. Idenir Cecchim:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Para ajudar, Ver. Luiz Braz, por exemplo, como ficaria a Av. Assis Brasil? Lá é uma área que não é Área Azul.

**O SR. LUIZ BRAZ:** Quando a Secretaria puder criar estacionamentos em outros locais ali próximos, para poder retirar da área de grande fluxo, imediatamente isso será feito. Porque não se pode retirar os estacionamentos dali sem criar novos estacionamentos.

**O Sr. Idenir Cecchim:** Tem que haver alternativas.

**O SR. LUIZ BRAZ:** O que nós estamos querendo, inclusive, é incentivar que novas iniciativas possam ser dadas ali, no sentido de se criar estacionamentos; tanto o estacionamento da iniciativa privada como de áreas públicas, mas em outros locais que não nas vias de grande fluxo.

**O Sr. Idenir Cecchim:** Perguntei isso para não deixar os comerciantes de uma avenida tão importante...

**O SR. LUIZ BRAZ:** Não, eles não ficariam ao desabrigo. Aliás, a primeira impressão que tiveram os comerciantes foi que eles ficariam ao desabrigo porque nós tiraríamos os estacionamentos dessas regiões, que são extremamente necessários. Mas não! Para qualquer estacionamento retirado será recriado em outro local. Sem isso, não haverá a supressão nestas áreas de estacionamento. Por isso, eu pediria aos senhores Vereadores... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)  
(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para discutir o PLL nº 164/11, com Veto Total.

**O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO:** Ver. Mauro Zacher, Presidente desta Casa, Sras. Vereadores e Srs. Vereadores, Ver. Luiz Braz, eu vejo o seu

Projeto como uma pretensão de trazer, vamos dizer assim, uma melhoria na fluidez do trânsito de Porto Alegre. Todos nós recebemos, semanalmente, questionamentos da sociedade sobre o trânsito de Porto Alegre. Na semana passada, nós protocolamos o pedido de uma Comissão Especial para tratar das sinalizações de trânsito, no sentido de colaborar, de nos somarmos ao Executivo na busca de uma melhora na sinalização das vias públicas em Porto Alegre. Vereador Cecchim, acho que nós precisamos trabalhar mais com o Executivo, não podemos ficar aqui só na outra ponta discursando, dizendo que é contra ou é a favor, acho que em alguns assuntos nós precisamos interagir. Porque quem anda pela Cidade tem esse sentimento das necessidades, nós, Vereadores, andamos muito pela Cidade de Porto Alegre, os Vereadores de qualquer Cidade andam, conhecem o trânsito da sua Cidade, e nada melhor que as idéias dos Vereadores para sugestões, enfim, para tentar contribuir com a fluidez do trânsito.

Agora, eu quero dizer, Ver. Luiz Braz, que V. Exa., de vez em quando, não vota com este Vereador, e eu até fico muito sentido com isso, mas eu quero lhe dizer que eu não vou entrar no mérito do seu Projeto, eu vou tratar mais da questão do objetivo do Veto. Acho que o Projeto tem mérito, sim, pois nós temos algumas vias em Porto Alegre que não justificam o estacionamento, e a forma como estão estacionando hoje é que vai gerar mais congestionamento. É claro que, hoje, as pessoas não têm mais onde estacionar o automóvel e os estacionamentos particulares estão se aproveitando desta necessidade para abusar na cobrança dos valores, cobrando até por meia hora de estacionamento, o que é um abuso. Mas é da livre iniciativa, do livre comércio, da livre exploração do serviço.

**O Sr. João Bosco Vaz:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Para colaborar com Vossa Excelência, no mandato anterior, acho que em 2004, eu apresentei um Projeto nesta Casa sugerindo que fosse fracionado o pagamento do tempo do estacionamento. Por exemplo, se V. Exa. vai ao Banco e deixa o carro por dez minutos no estacionamento, Vossa Excelência deveria pagar pelos dez minutos e não por meia hora, como vem ocorrendo. O

Projeto foi aprovado aqui, sancionado pelo Prefeito, mas os empresários o derrubaram.

**O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO:** Obrigado, Ver. João Bosco Vaz. O seu Projeto, com todo respeito, foi um Projeto justo, pois deixar o automóvel num local por duas horas e deixá-lo por dez minutos tem diferença. Eu, sinceramente, concordo com Vossa Excelência.

**O Sr. Valter Nagelstein:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Bernardino, eu tenho a maior simpatia pelos Projetos apresentados pelo meu querido amigo Ver. Luiz Braz. Mas, tem um problema, que é exatamente este - o senhor toca num ponto importante: a falta de regulação dos preços dos estacionamentos. Quanto mais vagas nós diminuirmos na Cidade, mais nós inflacionamos e direcionamos o mercado para um setor que, hoje, infelizmente, tem um altíssimo nível de sonegação de imposto, na medida em que nós sabemos que a maior parte dos estacionamentos de Porto Alegre não fornece nota fiscal.

**O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO:** Obrigado. Ver. Luiz Braz, V. Exa. teve o Projeto vetado por apresentar vício de origem e eu quero discordar disso. Ver. João Antonio Dib, se esta Casa teve competência para instituir, criar, a Empresa Pública de Transporte e Circulação, ela tem poder, sim, para regrar algumas limitações de comportamento. Este é o meu entendimento: se a Casa teve a competência para aprovar a criação da EPTC e o regramento do seu serviço, ela tem competência também para limitar alguns comportamentos nesse sentido.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLL nº 164/11, com Veto Total. (Pausa.) Desiste. O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para discutir o PLL nº 164/11, com Veto Total. (Pausa.) Desiste.

Não há mais quem queira discutir. Em votação nominal o PLL nº 164/11, com Veto Total. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** o Projeto por 6 votos **SIM**; 10 votos **NÃO**; 6 **ABSTENÇÕES**. Mantido o Veto Total.

Em votação a alteração da composição das Comissões permanentes. O Ver. Márcio Bins Ely passará a integrar a Comissão de Constituição e Justiça e o Ver. Kevin Krieger passará a integrar a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**.

Aprego a Emenda nº 02 ao PLL nº 164/10, de autoria do Ver. Waldir Canal (Lê.): “Art. 1º – Altera redação do inc. II, ao art. 3º, do PLL nº 164/10, que passa a ter a seguinte redação: ‘Art. 3º (...) II – cópia de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART – ou do Registro de Responsabilidade Técnica – RRT – emitida pelo responsável técnico pelo laudo referido no inc. I do *caput* deste artigo, habilitando junto ao Conselho Municipal de Engenharia e Agronomia – CREA, ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul – CAU/RS”.

Aprego Emenda de Liderança nº 03, de autoria do Ver. Paulinho Rubem Berta (Lê.): “Dispõe sobre regras para obtenção de Certificado de Inspeção Predial. Inclui o artigo ao PLL nº 164/10 com a seguinte redação: ‘Ficam excluídos da presente Lei os conjuntos habitacionais populares e as habitações populares construídas em Áreas Especiais de Interesse Social – AEIS”.

Não há requerimento de dispensa de envio das Emendas às Comissões, porque o Projeto está sobre o art. 81.

Aprego a Emenda nº 02 ao PLCL nº 013/10 (Lê.): “I – Substituiu na Ementa art. 36–A por art. 37. II - Dá nova redação ao art. 1º: Art. 1º Fica incluída uma alínea ‘c’ no art. 37 da Lei Complementar 170, de 31 de dezembro de 1987, com a seguinte redação: c - Creches Comunitárias e Escolas de Educação Infantil, desde que conveniadas com a Secretaria Municipal de Educação

(SMED), além de outras instituições que na mesma área atendam sem fins lucrativos e que venham a firmar convênio com a SMED”. De autoria do Ver. João Antonio Dib, e quem subscreve é a Ver.<sup>a</sup> Maria Celeste.

Em votação o Requerimento, de autoria do Ver. João Antonio Dib, que solicita a dispensa do envio da Emenda nº 02, ao PLCL nº 013/10, à apreciação das Comissões. (Pausa.)

Qual é a sua dúvida, Ver. João Antonio Dib?

**O SR. JOÃO ANTONIO DIB?** Eu não entendi a matéria que V. Exa. colocou em votação.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** Eu coloquei em votação o Requerimento, de autoria do Ver. João Antonio Dib, que solicita a dispensa do envio da Emenda nº 02, ao PLCL nº 013/10, à apreciação das Comissões. O.k.? (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação as Atas disponíveis nas Pastas Públicas do correio eletrônico: Atas das 10ª 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 15ª, 16ª e 17ª Sessões Ordinárias, da 1ª e 2ª Sessões Solenes e da 1ª Sessão Extraordinária. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADAS.**

Em votação, em bloco, os Requerimentos nºs 013/12 e 031/12.

**O SR. PEDRO RUAS:** Sr. Presidente, V. Exa. está anunciando o Requerimento de votação em bloco ou já é a votação em bloco?

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** É a votação em bloco.

**O SR. PEDRO RUAS:** Então, não é possível o destaque porque é bloco, não é?

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** Vossa Excelência sugere que votemos um a um?

**O SR. PEDRO RUAS:** Exatamente. Eu pensei que essa era a decisão que iríamos tomar agora.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** *O.k.*

**O SR. PEDRO RUAS:** Nós temos convergência de opinião em alguns e, em outros, não. Só isso. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** Então retiramos a votação em bloco e votamos um a um. Pode ser?

**O SR. PEDRO RUAS:** Perfeito. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** Em votação o Requerimento nº 013/12. Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)  
**APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 031/12. Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 032/12. O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 032/12.

**O SR. VALTER NAGELSTEIN:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhoras e senhores, só para um esclarecimento. Esta Casa, historicamente, faz essa Sessão Solene que visa, mais do que qualquer outra coisa, a homenagear uma das coletividades que compõe esse cadinho de tantos povos, tantas etnias e, principalmente, o respeito às minorias que se consagraram no tecido social da realidade brasileira.

Nós sabemos da ligação umbilical que existe entre o direito ao retorno do povo judeu e o seu Estado ancestral, que é a terra de Israel, e as suas comunidades espalhadas naquilo que se chama de diáspora. Diásporas são todas as comunidades que existem - inclusive em países árabes, onde há regime fundamentalista, como é o caso do Irã -, em pequenas comunidades israelitas, de judeus vinculados à tradição do povo de Israel e que vivem em todos os países. E não é diferente em Porto Alegre em que temos uma comunidade pujante, embora pequena, com pessoas de destaque, com enorme contribuição, inclusive histórica à nossa Cidade. E há a tradição desta Casa em homenagear o Estado de Israel e a sua representação para essas pessoas que compõem também a realidade brasileira.

O Ver. João Dib me pergunta por que não fizemos no dia 15, que é a data que a Organização das Nações Unidas, presidida pelo então chanceler brasileiro, o Embaixador Oswaldo Aranha consagrou na criação do Estado de Israel. E nós não pedimos naquela data, e agradecemos ao Ver. Idenir Cecchim que no ano passado fez esse encaminhamento, porque exatamente nesse dia vai estar nos honrando com a sua visita, em Porto Alegre, o Embaixador de Israel no Brasil. Por isso a Federação Israelita nos solicitou que requerêssemos a Sessão Solene exatamente nesse dia 8 de maio, aproveitando a vinda do Sr. Embaixador e a própria homenagem a esse povo que compõe, como eu disse, a história e a tradição da nossa Cidade, da nossa querida Porto Alegre que completa seus 240 anos exatamente de democracia, de tolerância, de amor, respeito e convivência fraterna entre todos que aqui vivem. Muito obrigado, Sr. Presidente; muito obrigado pela atenção, Srs. Vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 032/12.

**O SR. PEDRO RUAS:** Sr. Presidente, Mauro Zacher; Vereadoras, Vereadores, público que nos assiste, evidentemente que nós respeitamos, de forma democrática, o Requerimento feito por S. Exa. Ver. Valter Nagelstein, e também o conteúdo do mesmo. Eu mesmo sou autor de uma Lei de lembrança

e reflexão sobre o Holocausto sofrido pelo povo judeu também em 8 de maio. Neste momento, entretanto, dadas as circunstâncias em que o Estado de Israel se relaciona com o povo palestino, a nossa posição – do PSOL – é de votar contra o Requerimento. Repito e reitero que nas relações de Estado entendemos e respeitamos a relação do Brasil com o Estado de Israel, bem como defendemos a existência do Estado de Israel – para que fique bem claro! -, mas essa data coincide exatamente com a tragédia do povo palestino. E nesse sentido, nós, do PSOL, respeitosamente votamos contra o Requerimento, respeitando a vontade da maioria. Obrigado.  
(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 032/12.

**O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO:** Vereador-Presidente Mauro Zacher; senhoras e senhores Vereadores, eu quero fazer um apelo a V. Exa., Ver Pedro Ruas, sem a autorização do autor, o faço de minha parte e falo em nome da Bancada do PSD. No Brasil, e no Rio Grande do Sul em especial, nós não temos essas diferenças que existem além-fronteiras. Inclusive, aqui nesta Casa, no mês passado, aprovamos um Projeto de minha autoria que pretende criar o Parque Temático da Cultura e Folclore Gaúcho, que contempla todas as etnias. Aqueles que pensam que o Parque Temático trata só do gaúcho pilchado, do gaúcho fazendo um chimarrão, do gaúcho fazendo um churrasco, não, não! Estão enganados, estão equivocados. Nós pretendemos contemplar todas as etnias que formaram e formam a sociedade gaúcha. Aqui no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, estamos vendo que, há muito tempo, se busca a paz. Então, eu faço um apelo a V. Exa., entendo, sei da coincidência da data, mas tenho certeza absoluta de que o colega, quando escolheu a data, não teve como objetivo qualquer enfrentamento ou qualquer humilhação ou qualquer provocação. E eu vim a esta tribuna sem conversar com o colega.

**O Sr. Valter Nagelstein:** V. Exa. permite um aparte?

**O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO:** Não posso lhe dar um aparte porque o Regimento não permite neste momento, senão lhe daria. Então, faço um apelo a V. Exa. nesse sentido porque todos nós aqui buscamos a paz, não importa se é palestino, se é de qualquer lugar do Oriente Médio, nós não fazemos diferenciação nenhuma. Eu respeito, mas faço o apelo: vamos votar favoravelmente, esta Casa tem se consagrado nesse sentido de, neste momento, deixar as diferenças e votar favoravelmente. Acho que V. Exa. entende o meu sentimento, eu também entendo o seu, mas é possível relevar essas questões que não dependem do Rio Grande do Sul, não dependem do Brasil, elas dependem, exclusivamente, dos povos do Oriente Médio. Obrigado. (Não revisado pelo orador.)

**O SR. PEDRO RUAS:** Sr. Presidente, somente um esclarecimento. Nós não entendemos como provocação, acho que o Ver. Bernardino talvez não tenha... Nós temos uma divergência quanto ao mérito, respeitamos a vontade da maioria, sequer pedimos que votassem conosco, esclarecemos a nossa posição. E não há ideia nenhuma de desrespeito do Ver. Valter Nagelstein em relação a nós, nem nossa em relação a ele. Não houve essa interpretação que o Ver. Bernardino colocou na tribuna. Apenas registramos a nossa posição contrária e a justificamos.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** Está feito o registro.

Em votação o Requerimento nº 032/12. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com 1 voto contrário do Ver. Pedro Ruas.

Em discussão o PLL nº 164/10.

**O SR. CARLOS TODESCHINI (Requerimento):** Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; em função de o Executivo ter publicizado um Decreto também sobre a matéria que o Ver. João Antonio Dib, na Sessão de segunda-feira, me apresentou – até então nós não tínhamos recebido o Decreto do Executivo –, solicitamos o adiamento, por três Sessões, da discussão do PLL nº 164/10

para que possamos examinar a matéria, ver no que há compatibilidade, se é necessário o prosseguimento, ou se o Decreto já nos satisfaz.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** Em votação o Requerimento, de autoria do Ver. Carlos Todeschini, solicitando o adiamento, por três Sessões, da discussão do PLL nº 164/10. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 195/11. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação o PLL nº 195/11. (Pausa.) O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 195/11.

**O SR. NELCIR TESSARO:** Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; colegas Vereadoras, Vereadores, público que nos assiste; venho a esta tribuna apenas para esclarecer este Projeto de Lei nº 195/11, de minha proposição. A Revista ImóvelClass e o Salão do Imóvel do Rio Grande do Sul vêm há muitos anos trazendo benefícios para a habitação em Porto Alegre, fazendo as exposições e fazendo com que o cidadão de Porto Alegre possa buscar, discutir e verificar os melhores preços, as melhores condições para os seus imóveis. Nos últimos anos, voltaram a trabalhar com habitação social, como as habitações do Minha Casa, Minha Vida, programa que, cada vez mais, nós temos que incentivar em Porto Alegre. E nós temos que incentivar justamente quem promove essas feiras, esses salões, como é o caso do Salão do Imóvel do Rio Grande do Sul, que acontece, muitas vezes, no Shopping Iguatemi, no Shopping Bourbon, no Cais do Porto, locais onde a comunidade tem facilidade de chegar. São apresentados vários imóveis para famílias que têm renda a partir de três salários mínimos, o que facilita a busca.

Nós propusemos este Projeto pelo trabalho que vem sendo desenvolvido, pela divulgação, pela sua expansão, o que faz com que a sociedade possa ter mais proximidade com a tão sonhada casa própria. Por essas razões é que propus que faça parte do Calendário de Eventos de Porto Alegre o Salão do Imóvel do Rio Grande do Sul. Esse Salão, além de divulgar permanentemente, através de suas revistas, a produção imobiliária de Porto Alegre e anunciar as vendas,

publica matérias com opiniões para se ter uma cidade mais desenvolvida. E faz com que principalmente as pessoas que ganham até 10 salários mínimos possam atingir mais facilmente o sonho da casa própria.

Eu quero cumprimentar a Direção, que sempre trabalhou nesse sentido, da Revista ImóvelClass, do Salão do Imóvel – está aqui o Diego – e dizer que nós queremos, cada vez mais, facilitar a vida das pessoas que necessitam de imóvel, facilitar o trâmite, a busca e a questão, inclusive, dos financiamentos. Gostaria de pedir o apoio dos colegas Vereadores para que pudéssemos incluir, no Calendário de Eventos, o Salão do Imóvel do Rio Grande do Sul. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 195/11.

**O SR. JOÃO ANTONIO DIB:** Presidente, Ver. Mauro Zacher; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, meus senhores e minhas senhoras; ouvi com atenção o pronunciamento do nobre Ver. Nelcir Tessaro, mas eu não consigo entender onde se enquadra o pronunciamento com o Projeto de Lei, até porque o Projeto de Lei não fala em salários mínimos ou máximos. Mas há um outro problema que me deixa intrigado: a ementa diz que a lei que institui o Calendário de Eventos de Porto Alegre e o Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre dispõe sobre a gestão desses calendários e revoga legislação sobre o tema. E eu não vejo nada revogado aqui! Só tem dois artigos, e eles não falam em revogar, eu não sei o que é que revogam. Acho que, na Comissão de Justiça, quando da Redação Final, algo deve ser feito para que o Projeto possa ser mais bem entendido. Saúde e Paz!

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PLL nº 195/11. (Pausa.) (Após a apuração nominal.)  
**APROVADO** por 16 votos **SIM**; 02 **ABSTENÇÕES**.

Esta Mesa recebeu uma solicitação do Ver. João Antonio Dib questionando o indeferimento, na CCJ, do Pedido de Diligência do Ver. Mauro Pinheiro. Considerando que esta matéria está sob o art. 81, nós estamos recebendo este Requerimento como uma Questão de Ordem e estamos encaminhando para a CCJ, com efeito suspensivo da votação do Projeto.

Apregoamos, também, um documento encaminhado pelo Ver. Mauro Pinheiro, que está desistindo das diligências; o documento será encaminhado para a CCJ. (Pausa.)

Ver. João Antonio Dib, também está sendo recebido como uma Questão de Ordem.

Em discussão o PR nº 044/11. (Pausa.) Não havendo quem queira discutir, em votação o PR nº 044/11. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 264/09. (Pausa.)

Recebemos um Requerimento da Liderança do PSDB, solicitando a retirada do PLL nº 264/09 da priorização do dia de hoje.

Em discussão o PLCL nº 013/10. (Pausa.)

A Ver.<sup>a</sup> Maria Celeste está com a palavra para discutir o PLCL nº 013/10, por cedência de tempo do Ver. Pedro Ruas.

**A SRA. MARIA CELESTE:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, agradeço ao Ver. Pedro Ruas pela cedência do seu tempo.

De fato, nós precisamos discutir esta matéria para que a Emenda possa ser redistribuída entre nós, porque achávamos que ainda íamos votar o Projeto anterior que teve que ser retirado.

Este é um Projeto que foi amplamente construído com a vontade, a disposição do Líder do Governo, Ver. João Antonio Dib - a quem quero fazer um

agradecimento público aqui -, porque, quando nós ingressamos com este Projeto, no final de 2009, início de 2010, ele tramitou por todas as Comissões desta Casa, e já estava na Ordem do Dia, quando, para nossa surpresa, o Governo encaminhou para esta Casa um Projeto com o mesmo teor. Já garantido, desde a construção em 2010, do nosso trabalho aqui, criando a possibilidade de uma taxa diferenciada para as entidades de atendimento às crianças e aos adolescentes do nosso Município, na questão da água, já que são entidades conveniadas e recebem no conveniamento recursos da Prefeitura Municipal, nada mais justo que essas entidades pudessem também ter um benefício no sentido de que, ao receber do Município o recurso para o atendimento, também não havia necessidade de que essas entidades pagassem uma taxa tão alta de água, como é colocado nos dias de hoje. Essa é uma grande discussão que temos feito com o Fórum de Entidades, com as diversas Organizações Não Governamentais do nosso Município de atendimento na Educação Infantil, no SASE e, também, no trabalho educativo, como o Ver. Kevin Krieger lembrava agora, e que foi construído – e só foi construído – com esta possibilidade do Ver. João Antonio Dib. Quero reafirmar aqui o seu empenho pessoal para que o Governo garantisse de fato a iniciativa da autoria e da idéia deste Projeto, já colocado aqui desde 2010. O Governo, neste ano de 2012, encaminhou para cá uma discussão que certamente foi feita junto ao Fórum de Entidades e, portanto, não é uma demanda nova na Cidade, mas que precisaria estar, de certa forma, contemplada, como assim o foi nesta construção.

Então, eu quero salientar a importância desse esforço coletivo que se fez, diferente de outros momentos que poderiam ser construídos em outros Projetos, especialmente, Ver. Aírto Ferronato, naqueles Projetos que criaram e que criam programas de atendimento, como nós já verificamos aqui, de não compreender, de não entender a posição sobre certos Vetos que foram encaminhados. Neste Projeto, eu quero fazer um reconhecimento ao Líder do Governo, da construção possível e do reconhecimento de autoria da Câmara Municipal, desta Vereadora, pela iniciativa. Portanto, quero agradecer publicamente, mas, mais do que isso, dizer que as crianças e os adolescentes da nossa Cidade é que agradecem por essa parceria e por essa construção

possível no sentido de termos aqui uma iniciativa reconhecida, mas no sentido de que, efetivamente, o Governo Municipal dispõe de valores, de recursos para o atendimento, algo que seria de sua responsabilidade, mas precisa fazer na rede de atendimento como um todo junto às entidades. E mais do que nunca, essas entidades que fazem um trabalho meritório, necessário, importante, que constitui programa de Governo no nosso Município, precisam também ser contempladas e ser reconhecidas nesse seu grande esforço. Essa iniciativa da contribuição da Taxa de Água ser minimizada ou ser colocada como está sendo posta pela Emenda do João Antônio Dib, é neste sentido: é poder reconhecer, efetivamente, quem faz um trabalho, acima de tudo, em prol das nossas crianças e dos nossos adolescentes no Município de Porto Alegre. Muito obrigada por esta construção importante e necessária, porque assim nós avançamos. Obrigada, Ver. Pedro Ruas, por me ceder este espaço de discussão.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** O Ver. Kevin Krieger está com a palavra para discutir o PLCL nº 013/10.

**O SR. KEVIN KRIEGER:** Sr. Presidente, Mauro Zacher; Vereadores e Vereadoras, eu queria aproveitar a oportunidade, Ver.<sup>a</sup> Maria Celeste, e me colocar também a favor do Projeto que atende não só as creches como também o SASE, que é importantíssimo. O meu comandante, Ver. João Antonio Dib, está dizendo que a Emenda está colocando a SMED. Eu queria fazer uma defesa sobre a importância, nosso Líder do Governo, Ver. João Dib, da colocação também das entidades que prestam serviço ao SASE, que são hoje, na cidade de Porto Alegre, 114 entidades, e que atendem em torno de 10 mil crianças e adolescentes. Mas nem todas as entidades do SASE têm convênio com a SMED. Nós temos diversas entidades que não têm o convênio com a SMED e que atendem, Ver. Braz, em torno de 10 mil crianças e adolescentes nesta Cidade.

**O Sr. Luiz Braz :** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Kevin, eu quero apenas cumprimentar V. Exa., cumprimentar o Governo, porque sempre o Governo é acusado de aprovar os Projetos que vêm da base, e de rejeitar os Projetos que vêm da oposição. Ora, nós acabamos de rejeitar um Projeto de minha autoria e estamos para aprovar um Projeto da Ver.<sup>a</sup> Maria Celeste. Eu me inscrevo e vou ceder o tempo a V. Exa., para que V. Exa. possa discorrer à vontade.

**O SR. KEVIN KRIEGER:** Muito obrigado. Então, é importantíssimo que a gente possa, de alguma forma, Ver. Braz, colocar, sim, as entidades que prestam serviço de atendimento socioeducativo, porque são 10 mil crianças e adolescentes atendidas nessas entidades, como, por exemplo, Ver. Adeli, o nosso Cejak (**Centro Cultural James Kulisz**), na Vila Bom Jesus, que presta diversos atendimentos na área da criança e do adolescente, e lá não tem escola infantil, mas, sim, no prédio da frente. Então, com certeza, Ver. Braz, este Governo que passou e que está hoje no comando da Prefeitura, Ver. Mauro Zacher, de 2005 até hoje, tem aumentado os repasses para as entidades não governamentais bem além da inflação. Isso não quer dizer que se possa dar mais esse benefício para as entidades não governamentais que realmente necessitam, e que fazem um trabalho exemplar em parceria com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Então, eu venho, Ver.<sup>a</sup> Maria Celeste, dar o meu apoio, por ter trabalhado na Fundação ao longo de três anos e três meses, e saber das dificuldades que nós temos nas entidades não governamentais, apesar do esforço que o Governo tem feito, ao longo dos últimos oito anos, aumentando, bem acima da inflação, os repasses às entidades não governamentais. Mas é importante, sim, que possamos também dar esse benefício para as entidades não governamentais para que assim possam atender cada vez mais as nossas crianças e adolescentes. Quanto mais atendimento nós oferecermos na infância e na juventude, com certeza, menor será a necessidade de presídios, que hoje se encontram no mais absoluto caos; quanto mais crianças e adolescentes forem atendidos nessa idade, sem dúvida, não será preciso investir tanto nos presídios, na FASE, e em tantos outros órgãos desse tipo, Ver. Tarciso.

Investir na prevenção, que é o trabalho do SASE, no trabalho educativo da Educação Infantil, Ver. Cecchim, é muito importante, e é isso que o ex-Prefeito Fogaça fez e o Prefeito Fortunati vem fazendo, ao longo dos últimos anos - investindo na criança e no adolescente. Por isso esse Projeto... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna assume a presidência dos trabalhos.)

**A SRA. PRESIDENTA (Fernanda Melchionna):** O Ver. Paulinho Rubem Berta está com a palavra para discutir o PLCL nº 013/10.

**O SR. PAULINHO RUBEM BERTA:** Sra. Presidente, Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, venho a esta tribuna, primeiro, para dar os parabéns a Ver.<sup>a</sup> Maria Celeste, que sempre pautou no seu trabalho o benefício às crianças da nossa Cidade e às camadas mais carentes da sociedade.

Como Relator, pela CUTHAB, desse Projeto enviado pela Ver.<sup>a</sup> Maria Celeste, dei parecer favorável à sua aprovação, até porque sou um líder comunitário, na essência, e trabalho nas regiões mais carentes de Porto Alegre. Está lá no parecer, pela aprovação do Projeto, e todos podem verificar nas datas correspondentes.

Só que, por um lado, fico batendo palmas, dizendo que é um excelente Projeto, que vai beneficiar, sim, como disse o Ver. Kevin Krieger, mais de dez mil crianças, vai beneficiar várias entidades, creches e escolas infantis, mas tenho que lamentar, infelizmente, lamentar. Estou fora da Associação de Moradores, Ver. Kevin, com a qual conveníamos para 120 crianças, de 6 a 14 anos, que não terão esse benefício. Lamentavelmente, parece que essas crianças não vão existir: elas não gastam, elas não consomem, elas não têm esse direito! Lamento profundamente que o SADE não vá atender essas milhares de crianças que tanto precisam, porque a criança vai, do zero aos seis anos, à escola infantil e à creche; mas chega aos seis, perde o direito! Não entendi, sinceramente, não entendi! Estou aqui como “cachorro que caiu da mudança”:

não entendi. Sinceramente. Não deixar que as crianças tenham prosseguimento? Será que a criança, aos seis anos, deve ser mandada para casa? Será que ela perdeu o seu direito? É lamentável. Este líder comunitário lamenta isto: lamenta que o SASE, na cidade de Porto Alegre, não esteja incluído. Inclusive, quando veio o Projeto, Ver.<sup>a</sup> Maria Celeste – quero ser muito objetivo com a senhora –, este Vereador fez uma Emenda incluindo o SASE e, em reconhecimento ao seu trabalho, teve a hombridade de retirar a Emenda, porque o seu Projeto contemplava o SASE. Se fosse no Projeto que o Governo mandou para cá, eu manteria a Emenda; mas, como era um Projeto completo, que a senhora instituiu, botou nesta Casa, e eu, como relator na CUTHAB, fui pela aprovação dele, retirei a Emenda, em respeito à senhora, mas, principalmente, em respeito às nossas crianças de zero a 14 anos.

**A Sra. Maria Celeste:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Muito obrigada, Ver. Paulinho Rubem Berta. Muito bem lembrado! Discutimos isto, agora, também com a sua assessoria: que o senhor tinha feito uma Emenda ao Projeto do Governo, trazendo a questão do SASE e também do trabalho educativo, que é a discussão preliminar que há no meu Projeto. E hoje, quando percebemos a Emenda, vemos que ela não contempla o SASE, o trabalho educativo. Mas V. Exa. tem a nossa parceria e o nosso reconhecimento, e foi o primeiro Vereador a lembrar, no Projeto do Executivo, da importância do SASE e em também manter o benefício para o SASE, foi V. Exa., e vamos trabalhar juntos para incluí-lo neste Projeto. Obrigada.

**O SR. PAULINHO RUBEM BERTA:** Eu lhe agradeço o aparte, sempre feito com maestria, e fico aqui, Ver. Kevin, muito preocupado e triste; não vou dizer magoado, mas triste, sim, porque sei que várias crianças necessitam disso.

**O Sr. Kevin Krieger:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Paulinho, mais uma vez quero reafirmar a minha posição de apoio a sua Emenda, que é importantíssima para que possamos atender, sim, a 10 mil crianças e adolescentes, e auxiliar e beneficiar às entidades que fazem esse trabalho maravilhoso na Cidade.

**O SR. PAULINHO RUBEM BERTA:** Será difícil para nós, Vereador, explicarmos lá na comunidade porque as crianças de zero a 14 anos não foram contempladas. É lamentável. Mas, infelizmente, a vida nem sempre é como pensamos, e, talvez, possamos construir parcerias para esse fim. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.).

**A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLCL nº 013/10.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sra. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, este tema procura avançar num aspecto que, por muitas vezes, já veio a este Plenário, e sobre o qual não conseguimos evoluir. É o fato de que entidades comunitárias, que atuam no atendimento à criança e aos adolescentes - em convênio com a Prefeitura -, recebem um recurso mensal para fazer isso, e sempre um recurso aquém do custo do trabalho que realiza. São elas: associações de moradores, igrejas, clubes de mães. São “n” instituições que atendem crianças de zero a 6 anos na Educação Infantil, creches com turno integral, que, às vezes, recebem as crianças às 7 horas da manhã e vão até às 19 horas. É um atendimento bastante caro, são seis refeições por dia, com um recurso insuficiente que a Prefeitura repassa.

Vejam que o estranho - e que deveríamos ter evoluído há mais tempo - é que elas têm que usar esse recurso para pagar taxas à Prefeitura. A própria Prefeitura faz a parceria para atendimento à criança e ao adolescente, e elas têm que pagar taxas à Prefeitura.

Na área da Educação Infantil isso é mais grave, porque a Constituição define a Educação Infantil como uma tarefa dos Municípios. E o atendimento, a partir dos quatro anos, será obrigatório, em pouco tempo, e, ao fazê-lo, em parceria com a entidade comunitária, a Prefeitura gasta menos: ela poupa recursos, ela não tem funcionário público de carreira, ela não tem aposentadoria para dar conta, ela não tem carreira para dar conta. É muito mais em conta para

Prefeitura, e ainda assim, a Prefeitura, Ver. Dib, mantém taxas para essas entidades. Então, é uma justiça social.

Eu sei que tem um Projeto do Ver. Engenheiro Comassetto, também tramitando nessa Casa, sobre o tema da taxa do lixo; então, não é só água. Eu fico feliz que tem uma evolução, um diálogo do Governo, que está ainda confuso, porque a emenda não chegou, hoje tem a tarifa social, já está garantida; então tem que ver que emenda é essa, teremos que ficar atentos para não encerrar a discussão, mas nós devíamos trabalhar em conjunto, Ver. Paulinho Rubem Berta, também a taxa do lixo, porque isso é uma penalização para entidades que já buscam recursos junto à comunidade, as comunidades pagam por esse atendimento através de festas, quermesses, doações e Funcriança. É um esforço mensal, é um esforço cotidiano, uma sobrecarga para as entidades que fazem um trabalho tão estratégico, para elas ainda terem que pagar taxas para o Município. O Município que é o tomador do serviço, que é o conveniador, deveria incluir isenção de todas as suas tarifas para essas instituições comunitárias.

Portanto, este Projeto é bem-vindo porque ele empurra esse debate. E aí eu quero concordar com o Ver. Paulinho Rubem Berta: não tem por que excluir entidades que atendem o SASE. O SASE é o contraturno da escola; hoje, tornou-se uma política do País a integralização do tempo da criança. Se a criança vai à escola pela manhã, a tarde vai ao SASE, onde tem atendimento escolar, atendimento em artes, em cultura, em esporte - um trabalho muito importante que tira das ruas a nossa gurizada dos sete anos em diante. Muitas entidades já têm a creche e o SASE juntos, serão beneficiadas, mas as que têm só SASE também devem ser beneficiadas.

Então, é importantíssimo que essa evolução aconteça a partir do debate e da proposição da Ver.<sup>a</sup> Maria Celeste.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. JOÃO ANTONIO DIB (Requerimento):** Sra. Presidente, Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, solicito o adiamento da discussão do PLCL nº 013/10, por duas Sessões.

**A SRA. PRESIDENTA (Fernanda Melchionna):** Em votação o Requerimento, de autoria do Ver. João Antonio Dib, solicitando o adiamento da discussão do PLCL nº 013/10, por duas Sessões. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** por unanimidade.

(16h37min) Está encerrada a Ordem do Dia.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Minha cara Presidente, eu gostaria de fazer um registro. Nós temos, na Câmara, a nossa Comissão Especial da Copa. Ela foi instituída em 2010 e, em 2011, praticamente em abril, nós a colocamos em funcionamento, porque, à época, nós não tínhamos espaço e períodos livres em razão da quantidade de reuniões que tínhamos na Câmara. Pois, agora, nós estamos criando a CPI, que eu assinei. Quero comunicar a V. Exa. que, amanhã pela manhã, às 10 horas, nós teremos uma Comissão Especial da Copa, e teremos, também às 10 horas, a Comissão de Instalação da CPI. Portanto, gostaria de alertar à Mesa que isso não é possível. E eu não estarei presente, amanhã, na CPI, e não quero falta.

**A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna):** Ver. Airto Ferronato, está feito o registro. Apenas quero comunicar ao Vereador, que tem toda a legitimidade para fazer esta crítica, que a Mesa não tem poderes para intervir sobre os horários das Comissões, tanto da Comissão Especial como da CPI. Deve ser feito um acerto entre os Presidentes, mas fica feito o registro.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Mas alerta que não vou admitir [o registro da minha] falta na Comissão.

**A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna):** Feita a justificativa e o registro. O Ver. João Bosco Vaz também iria registrar que há três Comissões no mesmo horário, mas sabe que a Mesa não tem este poder.

Apregoo Requerimento do Ver. Luiz Braz (Lê): “Requeiro seja substituída a indicação da Bancada do PSDB na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Instituto Ronaldinho, no intuito de permanecer como representante o Ver. Mario Manfro. Porto Alegre, 18 de abril de 2012.” Está apregoadado. Este tipo de Requerimento não é votado pelo Plenário. O Ver. Mario Manfro é o representante na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Instituto Ronaldinho Gaúcho.

Passamos à

## **PAUTA**

A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sra. Presidente; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, em 2ª Sessão de Pauta, o Projeto da Mesa Diretora que visa valorizar este Legislativo, propondo o retorno, às quintas-feiras, das votações em Plenário e uma redução do número de homenagens.

Eu quero aqui apoiar esta construção que fizemos, inclusive, junto com a Mesa Diretora, exatamente no sentido de valorização deste espaço de Plenário, porque eu tenho a convicção de que, quando se tenta votar projetos, se fazem evoluir matérias antes não pensáveis. Muitas vezes os projetos se imiscuem na responsabilidade do Executivo, mas eles provocam uma discussão importante. No tema, no entanto, em que está sendo substituído o período temático de Comunicações nas nossas quintas-feiras, eu acho que nós devemos preservar e garantir o período do Grande Expediente. As discussões propostas pelos Vereadores em Grande Expediente, que aprofundam determinado tema, são tão importantes, estratégicas, às vezes, quanto a votação, o embate de um Projeto de Lei.

O último Grande Expediente que eu realizei foi sobre o tema do lixo na cidade de Porto Alegre, assim como vários colegas nossos trabalharam no período de Comunicações. E nós gostaríamos que uma das proposições que está aqui colocada, que devemos votar na sequência, seja a vinda dos Secretários de

uma maneira mais formalizada, que esta Casa já fazia através do Comparecimento, mas agora fará através da instituição da prestação de contas de Prefeitos, Secretários e autarquias. E eu espero que o tema do lixo seja um dos primeiros temas a vir a este Plenário com a presença do Diretor do DMLU, dos responsáveis pelo lixo na cidade de Porto Alegre. Por quê? Naquele dia, inclusive, o Ver. Dib leu um *e-mail* do DMLU – o dia em que eu levantei o tema do lixo no Grande Expediente – que falava do problema da Amrigrs, da entrada da Vila São Pedro, que dizia que foi uma decisão com a comunidade a realização daquele deque. Eu aqui mostro a foto de como estava a entrada da Vila São Pedro, todo o santo dia, mesmo o DMLU recolhendo. (Mostra a foto.) Pela solução que o DMLU deu, a comunidade tomou decisão, em assembleia, que iria terminar com esse deque, Ver. Brasinha. O DMLU disse que não era possível! Pois eu quero mostrar a V. Exas.: a comunidade terminou com o deque. Aqui está a foto da nova entrada da Vila São Pedro. (Mostra foto.) O DMLU achava que era impossível e mantinha um deque com lixo, retirando de vez em quando. Aqui, o antes. (Mostra foto.) Agora, o depois. (Mostra foto.) A comunidade fechou o deque, Ver. Dib, a comunidade colocou uma faixa, e aqui está a nova cara da Vila São Pedro. (Mostra foto.) Isso para mostrar à sociedade que é possível, sim, trabalhando com a conscientização, em acordo com a comunidade: transformada está a entrada da Vila São Pedro. Eu espero, Ver. Dib, que o tema lixo seja uma das primeiras prestações de contas que o Prefeito e os Secretários façam.

(Aparte antirregimental do Ver. João Antonio Dib.)

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sim senhor, está na pauta a proposição do Presidente, sobre a prestação de contas do Prefeito e dos Secretários nesta Casa, substituindo as nossas quintas-feiras temáticas.

Uma vez que a comunidade da Vila São Pedro solucionou o seu problema do lixo ser a cara da comunidade, o que não é mais; portanto a comunidade da Vila São Pedro está de parabéns, quero também mostrar o *e-mail* que recebi. Insistentemente, esse *e-mail* veio acompanhado desta foto (Mostra foto.), que é do novo sistema de recolhimento de lixo na Cidade de Porto Alegre, sistema

implantado no Centro da cidade de Porto Alegre, de containerização. É um sistema muito mais caro, que não está bem dimensionado e não está bem gerenciado. Esse caso aqui é na Rua Demétrio Ribeiro. (Mostra foto.) A cidadã que encaminhou, por *e-mail*, por *twitter* e por *facebook*, se queixa que, há muitos dias e muitas vezes - encaminhou 15 *e-mails* à Prefeitura Municipal - continua muito mais lixo que o contêiner pode abrigar, que a rua, portanto, está imunda.

Os contêineres não são limpos! Ela se queixa da absoluta falta de retorno e de adequação de uma política nova de coleta de lixo! Portanto, eu acho que, sim, o Presidente Mauro Zacher propôs é correto, que venham os Secretários aqui mais frequentemente prestar contas, fazer o diálogo com esta Casa, que é quem recebe as demandas da comunidade.

(Não revisado pela oradora.)

**A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna):** O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. ALCEU BRASINHA:** Sra. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu realmente quero dar parabéns à Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, porque ela não perdeu a mania de atirar no Diretor do DMLU. Ela não perde a mania! Que coisa feia! Como é que o Diretor do DMLU trabalha nesta Cidade? Vossa Excelência não pode ensinar! Por que a senhora não mostra as coisas boas que o DMLU faz? Por que a senhora não mostra, Vereadora? Por que a senhora não mostra quando o DMLU vai lá na vila, lá onde tem o problema e faz a limpeza todos os dias, ou até três vezes ao dia, isso a senhora não mostra; a senhora só mostra os problemas! Eu nunca vi a Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon dizer, desta tribuna, alguma coisa boa que acontece nesta Cidade, Ver. João Bosco Vaz, eu nunca vi! A Ver.<sup>a</sup> Sofia incentiva a botar o lixo! Ela incentiva! Por que ela não faz uma campanha para nós acabarmos com o foco de lixo? Essa campanha não foi a senhora quem fez, foram os moradores. Por que a senhora não vai às rádios e não dá seu celular para a senhora acabar com os problemas da Cidade? Por que a senhora não faz? A senhora esteve neste Governo! Vereadora, a senhora pode ter certeza absoluta que está cada vez

mais fazendo os seus colegas perderem votos, porque a senhora nunca sobe nesta tribuna, se não é para atirar no Prefeito Fortunati, se não é para atirar no Diretor do DMLU, o Vicente, que vem fazendo um belo trabalho, está limpando a Cidade! Ou quando não vem o Ver. Todeschini bater no Ernesto Teixeira, que mostra e faz o trabalho, trabalha muito!

Vou dizer, Ver. Goulart, que eu não tenho procuração para defender nenhum Secretário, mas os Secretários da Cidade estão trabalhando muito e resolvem... Todas as demandas que mandamos, eles atendem! E não é só de Vereador da base do Governo, é da oposição, de todos.

Vocês têm que aprender a fazer o Governo! No dia em que vocês aprenderem, vocês retomam a Prefeitura; caso contrário, vocês não voltam mais para a Prefeitura, podem ter certeza!

Eu não gosto de ver injustiça, não gosto que falem mal de Secretário, que trabalha! As pessoas têm que saber limite a que podem chegar. Aí, eles fazem, e eu fico brabo! Mesmo se fosse o Governo do PT que fizesse bastante, eu ia defender, se estivessem fazendo! Mas, quando fizeram, deixaram a Cidade cheia de “buraco participativo”, tinha buraco para todos os lados; eles não cuidavam da Cidade! Deixaram a Cidade quebrada! Quem a recuperou foi o Prefeito José Fogaça! Ele buscou credibilidade.

A Prefeitura não tinha nem talão de cheque! Deixaram a Prefeitura literalmente quebrada! Quem sabe vocês não lembram? Tem que lembrar o que acontecia nesta Cidade! Vocês mesmo viram o que aconteceu! Vocês acham que são os bons governadores. Não são, não! E digo que, enquanto vocês mantiverem essa mentalidade, vocês não retornam!

Quero falar da Arena do Grêmio, que está proporcionando belos empregos, belas compensações, Ver. João Bosco Vaz; sendo que eu tenho muito orgulho de uma das compensações - eu faço parte desse debate, desde que começou o negócio da Arena do Grêmio - que é a compensação no Parque Alim Pedro: vai sair agora a revitalização do Parque Alim Pedro, o qual V. Exa. conhece tão bem quanto eu; vai sair porque foi assinado o Termo de Compromisso, e a empresa OAS vai concluir lá no IAPI. Ele já é um parque bom, mas vai ficar melhor, terá mais atividades. Eu já falei com o Secretário José Edgar Meurer – um belo Secretário, professor... Até naquele dia em que colocaram fogo lá nos

vestiários da Arena do Grêmio, o Secretário foi o primeiro a me dar atenção. Eu liguei para ele à meia-noite. Ele estava vindo de Viamão para emprestar o Ginásio Tesourinha para alojar os funcionários da OAS. Foi conseguido o alojamento com o Círculo Operário e não foi necessária a ajuda do Secretário. Mas o Secretário demonstrou boa intenção e boa vontade. Esse é um secretário que faz as coisas pela Cidade, o professor Edgar!

(Não revisado pelo orador.)

**A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna):** O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. MÁRCIO BINS ELY:** Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste das galerias, Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna; colegas de Bancada: Ver. João Bosco, Ver. Dr. Thiago e Ver. Mauro Zacher, integrantes da bancada do PDT, venho a esta tribuna em Pauta para discutir os processos que estão tramitando.

O primeiro processo a que faço referência é de iniciativa do Ver. Nilo Santos, que estabelece aos mercados e aos hipermercados prazos máximos para o atendimento de seus usuários junto aos caixas de pagamento e dá outras providências. Sobre este Projeto, eu quero dizer que tive aprovado aqui nesta Casa um Projeto semelhante a este, Ver. Nagelstein, que também no exercício da titularidade da SMIC, tanto ele como o Ver. Idenir Cecchim, colaboraram sobremaneira com a fiscalização para a aplicação de uma Lei semelhante, de minha autoria, que reduziu o tempo de espera nas filas de banco para 15 minutos.

Então, eu tenho a impressão de que é importante trazermos essa regulamentação para a agenda positiva da Cidade. Vamos ver de que forma podemos avançar nesse debate com este Projeto. Tenho a impressão de que, com relação às filas de banco, tivemos um avanço muito positivo: uma série de agências foram autuadas.

Hoje, o sistema de autoatendimento, os caixas de autoatendimento e a Internet já não permitem mais que as pessoas possam ficar esperando 40, 50 minutos, uma hora, como esperavam, principalmente no horário de almoço, que é o

horário em que o servidor, o trabalhador tem disponível para ir ao banco, porque o banco só abre às 10 horas, então ele chega ao meio-dia para ser atendido.

Antes, o tempo limite para atendimento era de 30 minutos em dias normais e de 45 minutos, em dias de pagamento e vésperas de feriado. Agora, com a nossa lei aprovada, o tempo limite ficou reduzido para 15 minutos em dias normais e 20 minutos, em dias de pagamento e vésperas de feriados. Acho que foi algo relevante e significativo. Os bancos estão trabalhando no sentido de atender as pessoas em 15 minutos, seja gerando emprego e tendo que colocar mais caixas para atender, seja através da tecnologia, pelo serviço de autoatendimento ou pela Internet, que acabam agilizando o serviço. A pessoa até mesmo de casa pode fazer praticamente todas as operações bancárias.

Com relação a essa iniciativa, muito semelhante, mas que diz respeito ao atendimento nos caixas de supermercados, a nossa compreensão e o nosso entendimento de que vamos encaminhar no sentido de aprovar e acompanhar a iniciativa do Ver. Nilo Santos.

Aproveitando o tempo que me resta, queremos fazer considerações com relação ao Projeto de Resolução, de autoria da Mesa, que tem por objetivo a racionalização das homenagens e Tribunas Populares. Essa pauta é recorrente na Câmara. Acho que essa iniciativa de organizar e determinar os períodos, atos e homenagens já teve um avanço significativo na última Legislatura, quando se compactaram os projetos de premiação - hoje temos quatro premiações. Nesse sentido, acho que a Câmara caminha para o seu aprimoramento, no sentido de que nós, na condição de Vereadores, com a responsabilidade que temos de legislar e fiscalizar, trouxemos à priorização dos trabalhos da Casa essa pauta específica, que seriam as atribuições mais relevantes do mandato, sem detrimento obviamente de homenagens e reconhecimentos que devem ser feitos àqueles que, de uma forma ou de outra, têm colaborado com a nossa sociedade, em especial no âmbito municipal, seja no trabalho classista, sindical, nas associações, no trabalho destacado até mesmo pela pessoa física ou por empresas. Mas entendo que a racionalização dessas homenagens caminha no sentido do anseio da população. Acho que

nós estamos indo ao encontro do interesse da comunidade e priorizamos, então, os trabalhos legislativos.

Presidente, com relação à Pauta, os dois processos que me ateno a debater hoje são esses. Pela atenção de todos, muito obrigado. Um grande abraço!  
(Não revisado pelo orador.)

**A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna):** Obrigada, Ver. Márcio Bins Ely.

O Ver. Dr. Thiago Duarte está com a palavra para discutir a Pauta. (Pausa.) Ausente.

O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. VALTER NAGELSTEIN:** Sra. Presidente, Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna; Srs. Vereadores, especialmente Vereadores Idenir Cecchim e Adeli Sell, que foram Secretários da Produção, Indústria e Comércio, eu tenho certeza que os motivos que levaram o Ver. Nilo Santos a propor essa legislação são os mais louváveis.

Obviamente que essa questão do incômodo, do transtorno de às vezes termos de esperar muito tempo nas filas, especialmente quando nós sabemos que o faturamento, muitas vezes, especialmente quando se fala em banco, é muito grande, e que se opta por aumentar o faturamento em detrimento do atendimento ao cidadão, acaba nos movendo a propormos leis que regulem a questão da fila. Nós já temos em Porto Alegre a Lei dos Bancos, a Lei das Telefônicas, mas eu acredito que sejam universos diferentes. E exatamente por acreditar que sejam universos diferentes, com todo respeito ao Ver. Nilo, que me merece todo carinho, eu não posso concordar com essa lei, até porque acho que ela não é factível do ponto de vista da sua fiscalização, quanto mais não seja porque acredito que ela cria problemas, especialmente para os pequenos mercados. Eu acho que ela interfere na liberdade da própria economia e na liberdade do consumidor, do cidadão que, mal-atendido, Ver. Adeli, num determinado estabelecimento, procura outro.

O que me preocupava de fato foi que na segunda-feira, Ver. Tarciso, eu vi vários Vereadores aqui no plenário atacando uma rede de supermercados, nominando-a - e por isso eu também a nomino -, a Rede Walmart, dizendo que havia exploração dos trabalhadores e que não havia caixa preferencial para idosos, para gestantes, enfim, para aquele público que, tradicionalmente, nós sabemos que as próprias legislações, como o Estatuto do Idoso, definem que tenha que haver tratamento preferencial. Eu quero dizer que saí aqui da Sessão e fui imediatamente a dois grandes mercados dessa rede para conferir *in loco*, pois esse é o nosso dever, a nossa atribuição como Vereadores. Não me lembrava, confesso, se, de fato, tinha atendimento preferencial para essas pessoas. Acabei indo lá até porque, há poucos dias, a SMIC era responsável também pelo Procon, e, se isso fosse verdadeiro, caberia a todos nós, especialmente, a qualquer Vereador que tomasse ciência, tomar providências com relação a isso. Quero dizer que isso não é verdadeiro: lá chegando encontrei caixa preferencial para idosos, para gestantes, ou seja, encontrei todas as exigências legais exigidas. E mais do que isso: sei que essas instituições têm tido uma política de privilegiar jovens em condição de primeiro emprego, o que é muito importante para aquele jovem que não tem experiência, que nunca teve acesso, que não teve oportunidade e que tem uma primeira oportunidade para ascender ao mercado de trabalho, exatamente a partir de uma função dessas em uma grande rede de supermercados, que, obviamente, deve estar condicionada as nossas leis, especialmente, ao direito do consumidor, ao respeito ao consumidor. Felizmente, isso foi verificado, e quero dar essa tranquilidade aos senhores Vereadores de que isso existe. E mais do que isso, Ver. Cecchim: vi que, de fato, quando é necessário - inclusive perguntei à gerente -, há uma política de aumentar o número de caixas disponíveis para essas pessoas que requerem atendimento especial. E há também uma política que todos os supermercados fazem - o Zaffari é um exemplo disso aqui para nós, mas essas outras também são -, de terem caixas preferenciais para pessoas que têm pequenos volumes e caixas não preferenciais para aqueles que tem 30, 40, 50, 60 volumes. Obviamente que, quando em determinados horários há público demais no supermercado, as pessoas têm que esperar um pouco mais, mas isso é a regra do mercado. E o

que nós temos que fazer também é nos educar, fazer a nossa parte, tentando ir aos supermercados nos horários que sejam mais factíveis, que tenham menos pessoas, até para que nós possamos, nessa prática, estimular e ajudar outras pessoas, também, para que tenham um consumo mais consciente.

Queria só trazer essa palavra para dizer que, tão logo soube que havia a possibilidade de algum mercado em Porto Alegre não estar atendendo essa exigência de ter um atendimento diferenciado, fui lá, verifiquei e quero dizer aos senhores Vereadores que todos da nossa Cidade, independente do porte, respeitam os nossos consumidores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna):** O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. JOÃO ANTONIO DIB:** Nobre Presidente Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, meus senhores e minhas senhoras, eu gosto muito da simplicidade. Já dizia, lá em 1830, o Governador da Província do Rio Grande: "Chega de leis, as que têm são necessárias e suficientes, basta que sejam cumpridas." Depois, ele acrescentava que a lei deve ser fruto da razão, da experiência e da luz. Bom, eu tenho uma experiência de comprador de supermercado - no mínimo, duas vezes por semana, eu vou ao supermercado -, e não tem como estabelecer tempo para atendimento no caixa. Eu, por exemplo, posso comprar 15 produtos, mas, se uma dona de casa resolver comprar 60 produtos, ela vai levar muito mais tempo do que eu, e eu serei obrigado a esperá-la. Então, não tem como definir tempo.

Com relação a essas alterações que queremos fazer no Regimento, eu volto a falar da simplicidade. O art.135 diz que, independentemente de aprovação de requerimento de convocação, o Prefeito, os Secretários, os Diretores de Autarquias, Fundações e empresas controladas pelo Município de Porto Alegre comparecerão, no mínimo, uma vez por ano, em cada Sessão da Câmara Municipal, para prestarem informações sobre matérias de sua competência, mediante prévio agendamento com o Presidente da Câmara Municipal. Eu acho que da forma como hoje está escrito, que o Prefeito será convidado e os

Secretários podem ser convidados ou convocados, está muito melhor, porque, da forma como está proposto, nós vamos passar a metade das nossas Sessões do ano, e eu não vou estar aqui no ano que vem, ouvindo os Secretários, porque o artigo diz “pelo menos uma vez”. Somem o número de Secretários, de Diretores de Autarquias, mais a Carris, a EPTC, a PROCEMPA. Eu acho que é melhor deixar como está atualmente. Quando a Câmara tiver necessidade, ou houver necessidade de um comparecimento com mais rigor, ela convida, ela convoca o Secretário, faz os questionamentos por escrito, e o Secretário tem que respondê-los. Eu acho que a forma como está funcionando agora está funcionando muito bem.

Agora, diminuir o número de Prêmios eu acho correto, para valorizar aqueles que são homenageados pela Casa.

E não fazer uso do período de Comunicações e de Grande Expediente para fazer homenagens eu também acho correto. Até porque há uma maneira: se eu quero homenagear alguém sem interromper a Sessão, sem atrapalhar a Sessão, é só combinar com um ou dois Líderes - já fiz isso várias vezes - homenageamos aquela pessoa, sem apartes, ficando cada um com o tempo de cinco minutos, e aí nós não atrapalhamos a Sessão. Então, eu acho que diminuir o número de utilização do período de Comunicações... Porque, quando há o período de Comunicações, e o orador está inscrito, está tudo muito bem, mas, se um orador não está inscrito, ele pode se inscrever - depois dele, ainda se inscreve mais uma meia dúzia -, e, enquanto ele fala, muita gente o aparteia. Então, eu acho que isso está correto.

Agora, eu entendo que seria interessante deixar o comparecimento do Prefeito e dos Secretários da forma como está previsto hoje no Regimento. Saúde e PAZ!

(Não revisado pelo orador.)

**A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna):** Obrigada, Ver. João Antônio Dib.

Está encerrado o período de discussão de Pauta. Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h7min.)